
ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: DA CONQUISTA DA TERRA ÀS FORMAS DE RESISTÊNCIA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS¹**CELSO FURTADO SETTLEMENT: SINCE THE CONQUEST OF THE LAND TO THE FORMS OF RESISTANCE OF THE PEASANT TERRITORY**Djoni Roos²
João Edmilson Fabrini³**RESUMO**

O intento deste artigo é refletir sobre as diversas formas de resistência camponesa, desde aquelas geradas para conquistar a terra, até as travadas no interior dos assentamentos rurais. Compreendendo que a luta camponesa não termina com a conquista da terra e que nos assentamentos se reproduzem disputas, enfrentamentos e resistências entre o território camponês e da agricultura capitalista, procurar-se-á analisar as formas de luta ao capital, engendradas a partir do vínculo aos movimentos sociais e aquelas decorrentes do domínio do território pelos camponeses. Para tanto, serão abordadas as resistências camponesas construídas no assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu/PR.

PALAVRAS-CHAVE: Camponês, Território, Resistência, Assentamento.

ABSTRACT

The intent of this paper is to discuss about the various forms of peasant resistance from those generated for to conquer the land, up to those struggles waged within the rural settlements. Comprising that the peasant struggle does not end with the conquest of land and that in the settlements disputes are reproduced, confrontation and resistance among the peasant territory and of the capitalist agriculture, we will seek to analyze the forms of struggle to capital, engendered from the relationship to social movements and those arising from the possessing of the territory by the peasants. To this end, we will discuss the peasant resistance built in the settlement Celso Furtado in the county of Quedas do Iguaçu/PR.

KEYWORDS: Peasant, Territory, Resistance, Settlement.

INTRODUÇÃO

Ao campesinato foram efetuadas diversas interpretações teóricas e políticas. Alguns autores professaram o desaparecimento dos camponeses com a intensificação das relações capitalistas, principalmente, pela modernização das relações no campo e industrialização da agricultura (KAUTSKY, 1998) e pela diferenciação social do campesinato (LÊNIN, 1982). Estes fatos resultariam na expropriação dos camponeses e numa ascensão social e “mudança de classe” de parcela do campesinato.

¹ Este texto foi produzido tendo como base nossa Dissertação de Mestrado em Geografia “O Aprendizado e Resistência Camponesa nos Acampamentos e Assentamentos de Sem-Terra em Quedas do Iguaçu/PR”, defendida em março de 2010, junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

² Doutorando em Geografia junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP; Membro do NERA – Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT/UNESP e do GEOLUTAS – Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade/UNIOESTE, Campus de Marechal C. Rondon; Bolsista CAPES; e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br.

³ Doutor em Geografia; Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon/PR; Coordenador do GEOLUTAS - Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade; e-mail: joao.fabrini@unioeste.br.

Outros autores como Abramovay (1992) e Lamarche (1998), por exemplo, propalaram que ao campesinato restariam duas alternativas: a expropriação devido à incapacidade de competir no mercado ou a completa integração ao capital através da sua transformação em agricultores familiares, se desenvolvendo como parte de um processo regido pelas leis capitalistas de acumulação. Esta agricultura familiar não poderia ser compreendida como camponesa devido aos seus vínculos (sociais e de produção) modernos e atrelamento ao sistema capitalista.

Ambas as interpretações pontuadas visualizaram o fim do campesinato. Contudo, estas interpretações não levaram em consideração a capacidade de luta e resistência como condição de existência do campesinato. É importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses se dá pelo enfrentamento a ordem dominante, ou seja, a existência camponesa deve ser entendida no interior do conflito de classes assim como ponderam Martins (1981), Oliveira (1987, 1996) e Fernandes (1996).

As lutas e resistências assumem papel central na análise do campesinato. Portanto, a partir da capacidade de enfrentamento que deve ser interpretado as diferentes possibilidades de existência camponesa. Além disso, os camponeses devem ser compreendidos como sujeitos sociais e históricos e para isso, é preciso atentar para sua organização social, política, suas lutas, tradições, crenças, modo de vida, entre outras características.

Uma forma de existência camponesa é através da luta nos movimentos sociais. Organizados nos movimentos, os camponeses tem contestado e traído a ordem capitalista, resistindo à expulsão do campo através da realização de ocupações e acampamentos em latifúndios, resultando em importantes conquistas como os assentamentos rurais. Neste sentido, a organização dos camponeses nos movimentos sociais tornou-se um paradigma na realização das lutas no campo, sendo considerada a forma mais eficiente de resistência.

Contudo, é preciso ressaltar que a luta e resistência camponesa não ocorre apenas vinculada aos movimentos sociais, existe também um enfrentamento camponês assentado no território que se edifica como negação à ordem capitalista. Estas resistências estão assentadas no domínio e posse da terra e num conjunto de relações tradicionais, culturais, econômicas e políticas cultivadas a séculos pelo campesinato que se desdobram na construção do território camponês.

Assim, seja através de práticas modernas de lutas, realizadas organizadamente nos movimentos sociais ou a partir das “forças do território” camponês, o campesinato tem reclamado e construído o seu lugar social.

Neste sentido, a preocupação central deste trabalho é refletir sobre as diversas formas de resistência camponesa, desde aquelas geradas para a conquista da terra, até as travadas no interior dos assentamentos. Procurar-se-á analisar as formas de enfrentamento engendradas a partir do vínculo aos movimentos sociais e aquelas surgidas do domínio do território pelos camponeses. Propomos para

tanto, averiguar as resistências camponesas na microrregião geográfica de Guarapuava no estado do Paraná, enfocando o assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu.

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS LUTAS CAMPONESAS NA MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Os camponeses, negando a expulsão e expropriação do campo e também as tendências teóricas e políticas que lhes imputavam características pré-políticas, entre outras que desprezavam a sua existência, têm desde um passado distante se constituído enquanto sujeitos, mostrando à sociedade que a garantia da sua existência ocorre, sobretudo, pela sua luta e enfrentamento à ordem dominante. É pelo seu papel político que os camponeses tem se constituído enquanto sujeitos no processo de formação histórica e política do Brasil, disputando territórios, construindo o seu território e garantindo a sua recriação.

Compreende-se que o território é uma construção social, resultante das relações de poder estabelecidas no espaço geográfico, geradoras de conflitualidades entre as classes sociais. Ou seja, o território é produto da luta de classes. Como afirma Oliveira (2007, p. 8), “O território é assim o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência”.

Neste sentido, interpreta-se que os enfrentamentos do campesinato ao agronegócio/latifúndio manifestados nas ocupações de terra são centrais na construção do território camponês. Pois o conflito gerado permite ao campesinato a possibilidade de retorno/acesso a terra com a conquista dos assentamentos, no qual são materializadas as relações camponesas e construído o território camponês.

Nas lutas travadas pelo campesinato para acesso a terra, a organização em movimentos assume papel de destaque. Os movimentos camponeses ao rejeitarem o modelo de agricultura imposto pelo latifúndio/agronegócio tem se constituído como protagonistas na recriação e na garantia de existência do campesinato.

A realização de ocupações de terra é a principal estratégia de resistência empregada pelos camponeses organizados em movimentos. Através das ocupações os camponeses têm conquistado os assentamentos rurais, condição para a sua territorialização. É também por meio das ocupações que os camponeses tornam pública a sua situação, contestam a ordem social que lhes relega a expulsão do campo e cobram do Estado uma solução para o problema fundiário.

No estado do Paraná, as ocupações de terra tem se destacado dentre as diferentes lutas camponesas realizadas. Analisando a tabela 1, verifica-se que no período de 2000 a 2010 foram realizadas 285 ocupações, mobilizando 51.517 famílias no estado. Estas ocupações ocorreram principalmente, pela organização dos camponeses em movimentos, dos quais, o mais representativo no Paraná foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Tabela 1 – Ocupações de Terras Realizadas pelos Movimentos Camponeses no Paraná 2000-2010

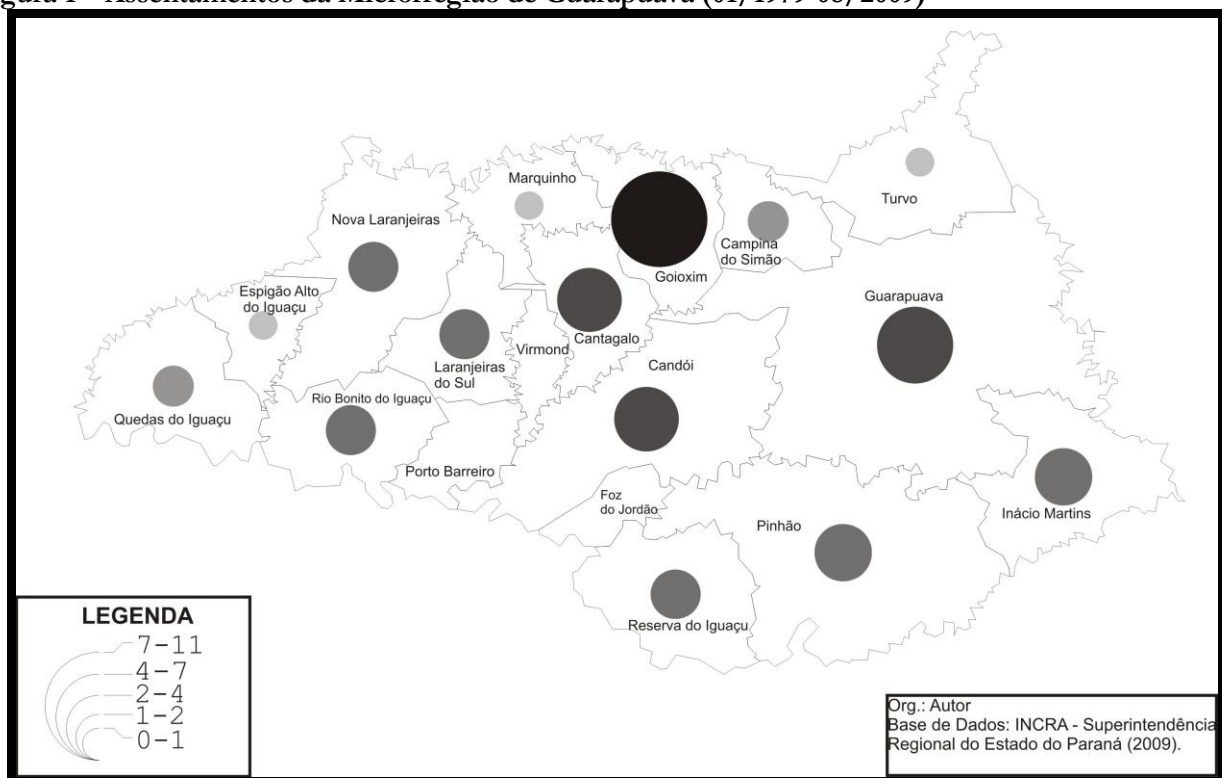
MST		CONTAG		MLST		Outros		N. I.*		TOTAL	
Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.
183	32.709	18	946	3	270	43	9.494	33	8.098	285	51.517

Fonte: Dataluta. Org.: Autor.

*Não Informado.

As várias lutas camponesas realizadas no Paraná resultaram na criação de 310 assentamentos onde se encontram 17.849 famílias numa área de 393.232,0287 ha (INCRA, 2009). Dentre os assentamentos se destacam os da microrregião de Guarapuava, compreendida por 18 municípios.

A microrregião de Guarapuava foi e é palco de representativos conflitos agrários em vista da elevada concentração e grilagens de terras ali existentes. Atualmente a microrregião é um dos maiores territórios do estado do Paraná transformados pela luta camponesa, pois 15 municípios desta microrregião possuem pelo menos um projeto de assentamento (figura 1). Na microrregião existem 55 projetos de assentamento, somando quase 100 mil hectares de terras que abrigam aproximadamente 5.000 famílias.

Figura 1 – Assentamentos da Microrregião de Guarapuava (01/1979-08/2009)

A microrregião de Guarapuava abriga também os três maiores projetos de assentamento do estado do Paraná, Ireno Alves dos Santos (900 famílias), Marcos Freire (604 famílias) em Rio Bonito do Iguaçu e o assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu (1089 famílias). Este último é foco central desta análise.

Esses assentamentos foram conquistados a partir da ocupação da Fazenda Araupel com aproximadamente 85.000 hectares. Evidenciam-se neste caso, as disputas entre territórios distintos: campesinato e agronegócio/latifúndio. Fernandes (2008) aponta para uma leitura do território a partir das relações de conflitos que se constituem. Pontua que o território do campesinato e do agronegócio são distintos, possuem relações sociais diferentes e modelos divergentes, estando em constante disputa pela territorialização de suas relações. Assim, a luta pela terra na microrregião paranaense de Guarapuava, fez com que o território antes dominado pelo agronegócio/latifúndio se transformasse em território de luta e resistência camponesa, portanto, território da materialização das relações camponesas.

A conquista do assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu se insere neste processo de organização, luta e territorialização camponesa. A propriedade da terra concentrada e a existência de muitas famílias expropriadas e expulsas do campo fazem do município de Quedas do Iguaçu destaque nos conflitos por terra no estado do Paraná. No município existem atualmente dois assentamentos: Rio Perdido com 60 famílias e Celso Furtado com 1089 famílias assentadas.

Além dos assentamentos mencionados, houve por parte do MST em 2006, mais duas ocupações de terra no município de Quedas do Iguaçu: a fazenda Campo Novo e a Fazenda Três Elos, ambas ocupadas por famílias excedentes do assentamento Celso Furtado⁴. É importante destacar ainda que dos 30.605 habitantes do município (IBGE, 2010), cerca de 15% da população é assentada. Quedas do Iguaçu se constitui assim, como um território da luta camponesa.

O assentamento Celso Furtado se constitui a partir de um dos maiores latifúndios de áreas contínuas do sul do Brasil: a fazenda Araupel. O fato de ser um latifúndio de mais de 85.000 ha, levou o MST a ocupar a área (onde hoje é o assentamento Celso Furtado), primeiramente em 1999, e posteriormente, em 2003.

A formação do latifúndio da Araupel ocorreu em 1972, quando dois grupos tradicionais do ramo madeireiro, a Madeireira Giacomet S.A. e a Marodin Exportação S.A. se uniram, formando no Rio Grande do Sul, a Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A. O objetivo da nova empresa era “aquisição” de terras no Centro-Sul do Paraná, como foi o caso das fazendas Pinhal Ralo e Rio das Cobras, totalizando 87.167,51 ha.

As terras da empresa Giacomet-Marodin abrangiam cinco municípios paranaenses: Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras (figura 2).

⁴ Atualmente estas duas áreas continuam ocupadas pelos camponeses ligados ao MST. Para a fazenda Três Elos (acampamento Che Guevara), com cerca de 150 famílias, está tramitando o processo no INCRA para a arrecadação da área, pois o “proprietário” não possui matrícula verdadeira da área.

Figura 2 – Fazenda Rio das Cobras e Pinhal Ralo – Araupel.



Fonte: Araupel. Org.: Autor

A Giacomet-Marodin se instalou em Quedas do Iguaçu no ano de 1976 criando sua unidade industrial e sua sede no Paraná. Até o ano de 2005 a empresa ocupava 14% da área total deste município. Em 1997 a Giacomet-Marodin mudou sua denominação para Araupel S.A.

O histórico das lutas pela terra nas áreas da então Giacomet-Marodin remonta ao final da década de 1970, quando ocorreram vários conflitos entre camponeses que não possuíam terra e os guardas da empresa, chegando a ser montados acampamentos nas áreas e despejos dos camponeses pelos guardas. Nesse momento, os camponeses não estavam articulados num movimento estruturado, organizado em âmbito regional ou estadual. Eram lutas localizadas que visavam conquistar a terra. Estes movimentos localizados eram formados, principalmente, por posseiros expulsos das suas terras pela empresa em anos anteriores.

Em 1996, os camponeses voltaram a lutar contra o latifúndio Giacomet-Marodin. Desta vez, organizados no MST, 12.000 camponeses ocuparam parte da fazenda no município de Rio Bonito do Iguaçu. Esta ocupação resultou na criação de dois assentamentos em 1997: Ireno Alves dos Santos com 900 famílias e Marcos Freire com 604 famílias. Porém, estes assentamentos foram insuficientes para atender a demanda em vista do grande número de camponeses sem-terra existentes na região.

No ano de 1999 os camponeses retomaram os esforços para a conquista da fazenda Araupel, quando, organizados no MST ocuparam o local conhecido como “Bacia”, um setor da Fazenda Araupel no município de Quedas do Iguaçu. Posteriormente, em 2003, foi realizada uma nova ocupação nas áreas da Araupel em Quedas do Iguaçu. Desta vez os camponeses ocuparam o setor do “Silo” da referida fazenda, no qual funcionava uma área de estocagem de grãos e insumos agrícolas. Estas duas ocupações resultaram na conquista do Assentamento Celso Furtado.

As disputas travadas no município de Quedas do Iguaçu são territoriais, ou seja, campesinato e agronegócio/latifúndio possuem relações sociais distintas, modelos divergentes e territórios diferentes estando ambos os modelos em conflito. As lutas realizadas pelos camponeses em Quedas do Iguaçu são para ter a posse e controle do território. Ao disputar o controle da terra e conquistar o

assentamento Celso Furtado os camponeses desterritorializaram o agronegócio/latifúndio da Araupel daquela parcela de terra e iniciaram a construção do território camponês.

A organização dos camponeses no MST foi de fundamental importância para a conquista do assentamento Celso Furtado. Esta importância que as ações organizadas nos movimentos adquirem na luta e conquista dos assentamentos rurais, territorializando o campesinato, tem levado estudiosos como Fernandes (2001) a construir uma teorização geográfica dos movimentos sociais conceituando-os como movimentos socioterritoriais. Ao interpretar geograficamente a dinâmica dos movimentos camponeses o autor atenta para a questão da utilização do território no processo de luta.

O assentamento Celso Furtado se constitui como um território de luta e resistência camponesa. Pois mesmo com a conquista da terra, a luta de classes continua a se manifestar no assentamento, numa disputa constante entre a materialização das relações camponesas e das relações capitalistas. Para tanto, neste território (assentamento Celso Furtado), se reproduzem relações “modernas” de enfrentamento ao capital, como aquelas vinculadas ao MST e também relações de resistência ligadas às tradições, costumes e modo de vida do campesinato. É neste contexto que o domínio do território adquire condição de trunfo para o campesinato.

FORMAS DE RESISTÊNCIA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Os assentamentos rurais se erguem como importante território camponês no processo de enfrentamento entre a agricultura camponesa e capitalista. É imprescindível compreender que os assentamentos rurais não estão livres da ação do capitalismo e por isso se constituem como um território de conflito. Nos assentamentos se manifestam ações de resistência ao sistema capitalista articuladas em torno dos movimentos e resistências advindas das forças locais ligadas aos saberes, costumes e tradições dos camponeses.

Diante da conflitualidade existente mesmo após a conquista do assentamento Celso Furtado é importante ressaltar a participação do MST, que têm demonstrado uma preocupação com o ambiente no assentamento, estimulando cuidados com o solo, preservação das nascentes, propondo ainda, alternativas à agricultura convencional como a Agroecologia, por exemplo. O estabelecimento de processos que visem à passagem para a produção agroecológica no assentamento tem sido incentivado pelo MST como forma de construir sistemas produtivos saudáveis que garantam a soberania alimentar, a conservação ambiental e a fuga dos esquemas mercadológicos dos “pacotes tecnológicos” oferecidos por empresas nacionais e multinacionais na produção convencional.

A transição à agricultura agroecológica tem sido fomentada através da criação de associações para a produção de alimentos orgânicos no assentamento Celso Furtado. Neste assentamento existem três associações: Associação de Orgânicos Convivendo com a Natureza do Palmital (AOCANP),

Associação de Produtores Orgânicos Celso Furtado (APROCEF) e a Associação de Produtores Orgânicos Investida Ecológica (APOIÊ).

O apoio do MST e de outras entidades à produção agroecológica e orgânica tem trazido novas técnicas para os assentados, como a produção de fertilizantes e inseticidas artesanais, aplicação de técnicas de controle biológico nas lavouras, bem como contribuído na recuperação de alguns métodos que estavam se perdendo entre os camponeses como, por exemplo, a reprodução de sementes de variadas espécies de milho, feijão, etc. Têm ainda difundido atividades como feiras, jornadas e eventos sobre a agroecologia.

O incentivo e a realização de uma agricultura “alternativa” (agroecológica ou orgânica) visualizada no assentamento Celso Furtado se estabelece, portanto, como uma forma de enfrentamento aos esquemas engendrados pelo modelo de agricultura capitalista. Nesse processo a presença do MST na organização da proposta agroecológica é de fundamental importância para a resistência do campesinato.

O MST possui ainda, papel central no dimensionamento político da luta dos assentados do Celso Furtado. É no Movimento que os camponeses articulam manifestações contra diversos problemas que os atingem, realizando lutas por crédito agrícola, custeio, habitação, assistência técnica, etc., participam de cursos, palestras, debates, dentre outras atividades que contribuem para a formação de uma consciência crítica de negação à agricultura capitalista.

A luta pela efetivação da Educação do Campo, na qual as escolas são construídas nas comunidades rurais e o ensino é dirigido para a realidade das populações locais, como os Colégios Estaduais Olga Benário e Chico Mendes além das escolas municipais existentes no Celso Furtado, também se inscrevem dentre os elementos de resistência e domínio do assentamento como um território camponês. A Educação do Campo esta articulada em torno de concepções modernas de enfrentamento ao capital e no assentamento Celso Furtado esta política vem se consolidando através da organização dos camponeses no MST.

A instalação de rádios comunitárias com papel de conscientização política e social das famílias assentadas, como é o caso da Rádio Comunitária Liberdade instalada pelas lideranças do MST no assentamento Celso Furtado, é outra prática contemporânea de enfrentamento ao capital. A emissora de rádio em questão atua na divulgação de avisos para as famílias assentadas, proporciona entretenimento e, sobretudo, traz informações sobre diversos assuntos a partir da visão dos camponeses, rompendo com a manipulação das informações realizadas pela mídia mercantil de Quedas do Iguaçu.

Os movimentos camponeses, como o MST, ao promoverem ações de resistência negadoras da ordem capitalista, conforme apresentado, ampliam a escala de ação do campesinato e contribuem para a construção dos assentamentos como territórios “alternativos” à ordem capitalista vigente. Contudo,

existe entre os assentados no Celso Furtado um conjunto de forças camponesas construídas secularmente que não estão vinculadas às ações “modernas” de enfrentamento e de escala mais ampla da luta contra o capital, como aquelas pautadas pelo MST, que também possuem um conteúdo negador da ordem capitalista.

Dentre as forças camponesas (simbólicas e materiais) edificadas secularmente visualizadas no assentamento Celso Furtado se manifesta um conjunto de ações assentadas no território como: saberes, conhecimentos e práticas diversas que possuem conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, etc. Os assentados carregam aprendizados adquiridos com seus pais, avós e no convívio com o trabalho no campo desde crianças, que se elevam como resistências assentadas no território camponês. Estas resistências só foram possíveis de ser recriadas e reavivadas com a conquista da terra, condição para a materialização e territorialização das relações camponesas.

Dentre os componentes das forças do território camponês encontram-se os trabalhos de mutirão, puxirão, trocas de dias de serviço, trabalho comunitário, cultivo de sementes crioulas, produção de autoconsumo e relações de solidariedade e reciprocidade. Com a conquista da terra, os camponeses recriam estas formas de organização da produção, trabalho e política assimiladas com seus familiares. Surge assim, um conjunto de atividades coletivo-comunitárias entre os camponeses assentados.

Estas práticas da tradição camponesa que aparentemente não possuem conteúdo negador da ordem vigente precisam ser observadas e valorizadas como estratégias de existência autônoma dos assentados. São estas práticas territorializadas que dão o caráter de trunfo ao território camponês.

A produção de autoconsumo e a diversificação dos produtos cultivados, visando o atendimento das necessidades básicas do grupo familiar, é uma das características cultivadas secularmente pelos camponeses que são recriadas no assentamento Celso Furtado. “A diversificação é um meio de sobrevivência, porque cada coisa tem sua época. Eu já aprendi isso desde criança, a minha mãe já plantou de tudo. Não é bom depender dos outros” (Jussara⁵). O assentado Pedro também se refere ao aprendizado de autoconsumo que teve com sua família “com a família aprendi a guardar sementes. Meu pai ensinou também que nós só deveria comprar sal e querosene e o resto nós produzia tudo em casa, não comprava no mercado”.

Os assentados em questão cultivam uma diversidade de produtos que não são destinados ao mercado, e sim a sobrevivência dos membros da família. Dentre os produtos destinados principalmente ao autoconsumo se encontram: batatas, mandiocas, hortaliças, feijão, ovos, galinhas, porcos, leite, queijos, carnes, entre outros. Segundo o assentado Mario “aqui a gente produz de tudo um pouco”.

O autoconsumo é uma forma de resistência do campesinato, pois o capital não consegue abocanhar a renda proveniente destes produtos, porque não entram na circulação de mercadorias sendo

⁵ Os nomes dos assentados citados no texto são fictícios. Optou-se por esta metodologia a fim de preservar a identidade e a privacidade dos camponeses.

destinados diretamente para o consumo da família. Para Fabrini (2010, p. 83) “A produção para autoconsumo emerge como atividade que implica na construção da autonomia, independência e geração de renda” ao campesinato.

É preciso ponderar ainda que a perspectiva do autoconsumo é regida pelas necessidades de manutenção do grupo familiar se assemelhando com a teorização do balanço trabalho-consumo realizada por Chayanov (1974), não estando, portanto, assentada numa perspectiva de produção comercial.

No assentamento Celso Furtado a produção de autoconsumo é conciliada com uma produção destinada ao mercado. Fato que não justifica afirmar que os camponeses são orientados pela lógica capitalista. A produção comercializada se insere na lógica de manutenção familiar, sendo necessária na obtenção de recursos financeiros para aquisição de produtos não cultivados no lote.

Na produção para o autoconsumo os assentados utilizam na sua grande maioria, sementes crioulas e adubos orgânicos produzidos a partir da utilização de resíduos vegetais e animais (palhas, folhas, raízes, esterco, etc.) encontrados no próprio lote, enquanto que o plantio e cultivo são feitos manualmente. Assim, com o domínio do território os camponeses do Celso Furtado têm praticado uma agricultura defensiva ao padrão agrícola convencional, caracterizado pelo elevado uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes híbridas e geneticamente modificadas, máquinas e equipamentos elaborados nos interstícios das relações capitalistas.

A produção de autoconsumo realizada pelos assentados do Celso Furtado não se trata de uma agricultura de resistência formulada nas práticas “modernas” de enfrentamento ao capital, como a agroecologia, por exemplo. As práticas agrícolas do autoconsumo estão assentadas no saber fazer do campesinato que se ergue como ação negadora dos esquemas de dominação e subordinação da produção capitalista a partir do território camponês.

O modo como é realizado o cultivo da lavoura, levando em consideração os elementos da natureza como os astros, é outra característica cultivada pelos camponeses que emerge no assentamento Celso Furtado. Os assentados ao realizar a semeadura, manejo e plantio dos lotes, consideram na maioria dos casos o calendário lunar, avaliando a fase da lua adequada para o plantio de cada cultura, conhecimento este, repassado pela família. “Aprendi com a família que na lua cheia a gente planta tudo que dá embaixo da terra. Só batata e mandioca na minguança. Isso, quem sabe, tem que passar para os filhos” (Carlos). Segundo o mesmo assentado a escolha da lua certa para a semeadura evita que a plantação seja invadida por brocas, lagartas, insetos, prevenindo ainda do ataque de carunchos na produção que será guardada para o consumo no decorrer do ano ou para plantio na próxima semeadura.

Para fugir da incorporação ao mundo da mercadoria, os assentados em questão têm elaborado parte dos instrumentos necessários a realização dos trabalhos, como é o caso da confecção dos cabos

das ferramentas. A confecção dos cabos de ferramentas é um aprendizado que vem da família camponesa e do convívio com vizinhos e amigos. Possui um conteúdo negador das relações capitalistas que não está circunscrito nas práticas modernas de resistência vinculadas aos movimentos sociais como nos diz o assentado José: “Fazer cabo, isso eu já sabia fazer antes do Movimento. Aprendi com o pai, a turma e os amigos. Os cabos a gente pega no mato. Para a enxada é um tipo de madeira mais leve. Para o arado tem que ser mais duro. A madeira depende da ferramenta”.

As fases da lua também são levadas em consideração pelos camponeses na hora de buscar a madeira na mata para a confecção dos cabos. “A gente faz os cabos. Corta no mato na lua minguante, deixa enxugar na sombra, raspa e fraqueja até encaixar na ferramenta” (Marcos). Segundo os assentados, a correta observação da fase da lua evita que a madeira quebre facilmente, tenha rachaduras além de impedir a formação de carunchos na mesma.

Esta relação harmoniosa que o camponês mantém com a natureza é uma característica exemplar do enfrentamento às formas capitalistas de produção que visualizam a natureza como mercadoria. Utilizar os recursos naturais para confecção de ferramentas, nomear os animais do sítio (bois, cavalos, etc.) e considerar o calendário lunar no cultivo da lavoura, são exemplos desta relação diferenciada do camponês com o ambiente. Estes saberes camponeses não são técnicos, forjados nos interstícios da modernidade, mas milenarmente construídos pelas populações rurais e repassados de geração a geração. Não são, portanto, relações de enfrentamento pautadas na produção orgânica ou agroecológica como recentemente tem sido apoiada por movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), mas formas de resistência advindas da própria tradição camponesa.

Outra atividade que evidencia a territorialização dos saberes e práticas camponesas no assentamento estudado é a organização dos lotes familiares. Os lotes são organizados levando em consideração o universo camponês, existindo espaço para quintal, hortas, pomares, estrebarias, galpões e chiqueiros. Além disso, as plantações são cultivadas nas proximidades da moradia para que não haja necessidade de longas caminhadas até ao local de trabalho.

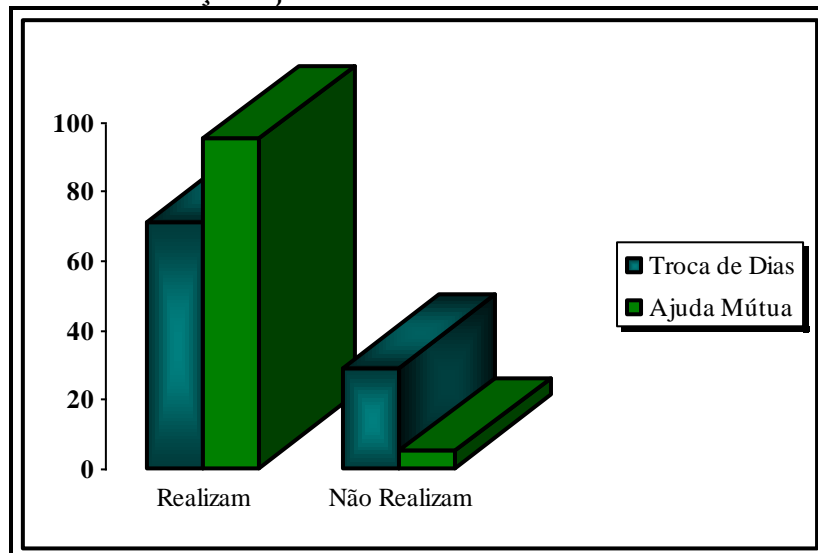
A ajuda mútua entre vizinhos e parentes também se faz presente dentre as práticas caracteristicamente camponesas reproduzidas no assentamento Celso Furtado. Um exemplo de ajuda mútua que ocorre entre os assentados, é no momento do abate de algum animal (boi, porco, entre outros). Para a realização desta atividade se reúnem parentes e vizinhos. Durante o abate é realizada uma refeição entre os presentes como forma de agradecimento e, ao término da atividade, cada camponês leva uma porção de carne do animal abatido. Esta porção de carne não será paga em dinheiro, mas sim com outra refeição e a devolução da carne no momento em que outro camponês abater algum de seus animais. Portanto, a remuneração do trabalho é em favor, troca de alentos (carne), alimentação, etc.

Essa união para a realização do abate de animais é um trabalho que se constitui enquanto confraternização entre os camponeses, ocasião oportuna para realizar refeições em conjunto e conversar sobre as mais diversas questões que envolvem trabalho, esporte, política, entretenimento, entre outras, além de propiciar aprendizados e trocas de conhecimentos diversos entre os presentes.

As trocas de dias de serviço são outras formas de resistência vinculadas ao território camponês que se elevam no assentamento estudado. Nas trocas de dias de serviço não ocorre um controle severo das horas trabalhadas e, em alguns casos, o assentado trabalha sem “cobrar” a necessidade do outro camponês “devolver o dia de serviço”. “Eu vou, ajudo e não cobro a troca do dia. Para vizinho, eu vou, faço e não cobro, porque são pobres que nem eu. É uma obrigação minha” (Diego). Estas atividades não possuem normas nem regras, são realizadas informalmente estando fundamentadas nos laços de solidariedade típicas do campesinato.

A ajuda mútua e as trocas de dias de serviço aparecem como resistência do campesinato, pois são relações que não passam pela esfera de dominação, subordinação e extração da mais-valia dos assentados. O percentual dos assentados do Celso Furtado que realizam trocas de dias de serviço e ajuda mútua entre vizinhos está representado no gráfico 1. Os dados coletados no assentamento indicam que durante o ano, 71% dos camponeses trocam dias de serviço, enquanto que 95% realizam atividades de ajuda mútua entre vizinhos e parentes, principalmente.

Gráfico 1 – Troca de Dias de Serviço e Ajuda Mútua entre os Assentados do Celso Furtado (%)



Fonte: Trabalho de Campo.

As trocas de dias de serviço e ajuda mútua não possuem uma periodicidade definida, sendo realizadas sempre que algum vizinho apresenta necessidade. No entanto, elas ocorrem principalmente nas épocas de colheita e plantio. Estas atividades (trocas de dias, ajuda mútua) não são orientadas por uma ideologia de enfrentamento coletivo forjado a partir de ideais externos ao mundo camponês, mas

são atividades realizadas no dia-a-dia sendo formas de organização caracteristicamente típicas do campesinato.

Além das trocas de dias de serviço e ajuda mútua, existem no assentamento estudado relações de vizinhança que permitem uma sociabilidade entre os camponeses que vivem próximos uns dos outros. Este é o caso de empréstimos de ferramentas, remédios, dinheiro, animais para melhoramento artesanal das espécies, envolve também trocas de sementes, conhecimentos, alimentos, dias de serviço, entre outras atividades, ou simples visitas a fim de olhar a plantação do vizinho e dialogar sobre o estágio da lavoura. Estas são formas de solidariedade aprendidas na família camponesa e que fundamentam a ética comunitária do campesinato. Esta solidariedade está circunscrita numa ordem moral camponesa de reciprocidade, ou seja, ajudar o próximo, pois este poderá retribuir no futuro. É uma dívida moral e não perpassa a lógica mercadológica. No mundo camponês, a solidariedade gera uma coletividade a partir de uma circunstância espontânea.

Na esfera da solidariedade camponesa é importante analisar que durante o acampamento para a conquista do assentamento Celso Furtado, alguns camponeses receberam contribuições como: roupas, alimentos entre outros gêneros de necessidade básica, de familiares e amigos que não estavam acampados, contribuindo para a permanência na luta. Para o assentado Augusto, a ajuda dos parentes foi fundamental no processo de luta. “Os parentes sempre ajudavam a gente no acampamento, por isso não acaba a reforma agrária”. A solidariedade dos familiares gera uma “dívida moral”, que após o assentamento o camponês se sente no dever de “pagar” na forma de doação de alimentos produzidos no lote.

No entanto, a solidariedade camponesa não é movida apenas pela necessidade de “pagamento” da dívida moral, como se esta fizesse parte de uma relação econômica. A doação de produtos para parentes, vizinhos, conhecidos e amigos que visitam o assentamento se inscreve na tradição camponesa. Aos visitantes são oferecidos produtos do lote como: batata, mandioca, milho verde, frutas, ovos, entre outros, compartilhados segundo a disponibilidade de cada família camponesa não havendo custo para os que recebem a doação.

É exemplar o caso vivenciado junto ao casal de assentados Judite e Agenor no assentamento Celso Furtado. Durante nossas incursões a campo, o casal propiciou uma mesa farta, com pamonhas, salames, queijos, entre outros produtos cultivados e preparados no lote. Fizeram questão que trouxéssemos uma peça de queijo para casa, a fim de partilhar com os demais familiares. O casal tinha enorme satisfação em poder compartilhar os produtos feitos por eles a partir da produção do lote e de seus conhecimentos. Entende-se que estas são características camponesas dos assentados re-construídas com a conquista da terra e que se levantam como resistência arquitetada na esfera do igualitarismo do campesinato. A partir do domínio do lote de terra os camponeses possuem a autonomia e liberdade de compartilhar a produção com parentes, vizinhos e amigos. Trata-se de uma produção camponesa que

não perpassa a produção e circulação de mercadorias, sendo destinada espontaneamente as pessoas próximas.

Outra característica camponesa evidenciada junto ao assentamento estudado é a organização da jornada de trabalho, na qual há uma combinação de diversas atividades diárias. Na jornada de trabalho dos assentados, uma atividade é considerada principal, na qual se trabalhará a maior parte do dia. Um exemplo é a colheita de determinado produto. Contudo, a jornada de trabalho camponesa não se resume à colheita, pois no sítio existem outras tarefas que precisam ser realizadas. Entre elas ordenhar as vacas, regar as hortaliças, alimentar os animais (galinhas, porcos, etc.). Nestas atividades se dedica um menor período de tempo, sendo geralmente executadas no final da tarde e início da manhã.

A organização da jornada laboral nos lotes de assentados só é possível porque o trabalho realizado é familiar. Ou seja, é a família camponesa quem decide a organização e se reveza na realização das atividades diárias no assentamento Celso Furtado. O trabalho familiar realizado pelos assentados é uma das características básicas e fundamentais da produção camponesa e também da negação do campesinato ao sistema capitalista. O trabalho camponês é pautado pelo valor de uso da força de trabalho dos membros da família e não pela extração da mais-valia.

O trabalho familiar visualizado no Celso Furtado faz parte do território tecido pelos camponeses. Esta forma de trabalho permite a autonomia das famílias na organização da sua jornada de trabalho, o que possibilita aos assentados, o gerenciamento do seu tempo de trabalho de acordo com as atividades a serem realizadas. Desse modo, é possível a realização de pausas no trabalho para descanso, atender as visitas e conversar com os vizinhos. O depoimento do assentado José demonstra a satisfação pela liberdade do camponês em fazer seu próprio horário de trabalho. “É tanta coisa boa que eles (MST) ensinam para a gente, mas a minha vontade mesmo, era de ter um pedaço de terra meu. Porque um empregado é sempre um escravo. Hoje acordei as nove, tomei café, fui trabalhar, almocei e to aqui conversando com você, o que é loco de bom”.

O desejo do camponês manifesto no “ter um pedaço de terra meu”, não significa que este seja individualista que visa atender apenas os seus interesses imediatos e muito menos que estaria interessado na acumulação de bens para ascender a condição de capitalista. A vontade do camponês de ter um pedaço de terra onde ele toma as decisões coordenando as atividades diárias significa para este assentado a autonomia, a liberdade de gerir as atividades e a rotina da sua vida. Está implícito na fala do assentado o controle sobre os meios de produção e a negação às relações capitalistas que o subordina e expropria, bem como, a negação às formas de resistência que o venham expropriar do comando das atividades. Esta resistência só é possível pela posse da terra e controle do território pelos camponeses.

Além disso, ter a posse da terra possui um caráter político, de resistência do território camponês, pois significa a continuidade da reprodução social do campesinato. Ser dono da terra deve ser entendido como resistência à ordem expropriatória, porque possibilita ao campesinato a passagem

dos meios de produção, neste caso a terra, como herança para seus descendentes e assim sucessivamente num processo que se desdobra na manutenção da terra nas mãos dos camponeses.

Estas práticas camponesas assentadas no território que negam a ordem do capital e estabelecem uma agricultura defensiva, foram entendidas num passado recente por organizações como movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos entre outros, como relações atrasadas, individualistas, ingênuas, mitificadas, que prejudicavam a formação da consciência política e em nada contribuía para o enfrentamento ao sistema capitalista. Movimentos como o MST e estudiosos como Bogo (1998) afirmavam ser necessária uma “revolução cultural” para a superação do campesinato tradicional e transformação num novo camponês. O novo camponês deveria desenvolver uma consciência político-coletiva e ser capaz de pensar e elaborar um projeto de existência a partir de uma visão dos problemas estruturais da sociedade.

Atualmente, alguns intelectuais e determinados membros de movimentos camponeses ainda entendem ser necessária a superação da consciência camponesa para o prosseguimento das lutas. Contudo, os camponeses têm mostrado a sociedade que são sujeitos políticos que resistem à ordem dominante, constroem o seu território e a partir dali questionam através de práticas diversas a dinâmica do sistema capitalista.

No assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, por exemplo, constatou-se uma complexidade de formas de resistência utilizadas pelos camponeses assentados. Evidenciou-se ainda, que em muitos casos o enfrentamento ao capital ocorre de maneira mais intensa em torno de relações estabelecidas entre as famílias camponesas como as interações sociais de vizinhança, comunitárias, parentesco, compadrio do que aquelas apresentadas pelo MST. Ou seja, há uma resistência camponesa assentada nas forças do seu território que é para além dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais como o Celso Furtado estão em contínuo conflito, demonstrando que a luta pela construção do território camponês não acaba com a conquista da terra. A partir do assentamento conquistado se desdobram novos enfrentamentos num processo consecutivo de disputas territoriais. Nos assentamentos se reproduzem disputas, enfrentamentos e resistências entre o território camponês e da agricultura capitalista que pedem interpretação. Neste processo de luta do campesinato é preciso compreender que não há um único caminho de resistência.

A realização de ocupações e acampamentos em áreas do latifúndio/agronegócio, construídas junto aos movimentos camponeses têm conquistado frações do território para o campesinato no estado do Paraná. Foi a luta organizada em torno do MST, ocupando e acampando no latifúndio que possibilitou aos assentados do Celso Furtado a conquista da terra, abrindo caminho para a construção do território camponês.

A organização dos camponeses junto ao MST após a conquista do assentamento Celso Furtado está construindo relações de resistência circunscritas a enfrentamentos mais amplos e estruturais da sociedade. Através da vinculação ao Movimento os camponeses questionam o modelo agrícola do agronegócio e estabelecem uma agricultura assentada no modelo orgânico/agroecológico, participam de debates, marchas, manifestações entre outras atividades que potencializam a defesa do território camponês.

Contudo, ao olhar para o assentamento Celso Furtado e as ações de enfrentamento ali estabelecidas, como o desenvolvimento de práticas agrícolas diferenciadas, alternativas, que visam negar os esquemas da agricultura convencional e questionar a ordem desigual, não se deve considerar a resistência como homogênea, como se houvesse apenas uma via de oposição. A trajetória de vida dos camponeses precisa ser levada em consideração na compreensão das resistências no assentamento.

O fortalecimento dos costumes, crenças e tradições, a manutenção de relações com parentes e vizinhos permeadas por uma “ordem moral”, a diversificação da produção entre outras ações camponesas, recriadas e reavivadas no assentamento Celso Furtado também se constituem como resistências ao modelo agrícola capitalista. Essa recriação de crenças, saberes e tradições camponesas pelos assentados em questão, só foi possível pelo retorno a terra, ou seja, são práticas de resistência assentadas no domínio do território pelos camponeses. Através destas práticas, ignoradas por muitos, que se constitui o território de resistência e enfrentamento do campesinato. Assim, como afirma Fabrini (2008, p. 269), é preciso “reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista”.

Portanto, há um conjunto de manifestações que garantem a existência camponesa e negam a ordem desumana do sistema capitalista que precisam ser observadas nas análises sobre os enfrentamentos camponeses. Consequentemente considera-se necessário atentar para a diversidade social existente nos assentamentos rurais e reconhecer as diferentes trajetórias e diversas formas de resistência existente entre os camponeses. Nesse sentido, é exemplar o caso evidenciado no assentamento Celso Furtado, no qual os camponeses exercem práticas de defesa do território e enfrentamento a ordem dominante vindas da organização no MST, bem como aquelas consolidadas historicamente, vivenciadas e aprendidas pelas interações sociais entre os próprios camponeses.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec. 1992. 275p.

ARAUPEL. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.araupel.com.br>>. Acesso em: 11 de julho de 2011.

BOGO, Ademar. A formação ideológica dos camponeses. *In*: **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos**. Caderno de Cooperação Agrícola. N° 07. São Paulo, SP: Concrab. 1998.

- CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.
- DATALUTA. Presidente Prudente: NERA, 2006-.
- FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem Terra**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003. 275p.
- _____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In*: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.
- _____. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In*: SAQUET, Marcos A. e SANTOS, Roseli A. dos (orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.
- FERNANDES, Bernardo M. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996. 285p.
- _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, SP: Cortez, 2001. 120p.
- _____. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.
- FERNANDES, Bernardo. M.; MARTIN, Jean. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. *In*: **Lutas Sociais**. São Paulo, PUC/ NERS, Nº 11/12. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/sinopse>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório dos assentamentos rurais paranaenses**. Curitiba, 2009. 20 p.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto E. W. MAAS. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília, DF: Linha Gráfica Editora, 1998. 588p.
- LAMARCHE, Hugues. Por uma teoria da agricultura familiar. *In*: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: do mito a realidade**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. Coleção Os Economistas. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982.
- LIMA, Ivanildo V. **Produção de subsistência/autoconsumo e resistência camponesa no assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo/MS**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.
- MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, 185p.
- MOURA, Margarida. M. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1988. 78p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1987. 88p.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 1996. 164p.

_____. Geografia e os movimentos sociais. *In: Perspectiva Geográfica*. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, n. 3, 2007. P. 7-28.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2011.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de Sem-Terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.